

Imposto e Cobrança *freamente*

É velha a mania nacional de criar impostos. Executivo e Legislativo se esmeram na faina tributária. Ao recuperar na Constituição o poder de legislar na matéria, o Congresso decidiu pela criação de um imposto sobre o patrimônio, com o objetivo de taxar as grandes fortunas, na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990. O ministro da Fazenda parece disposto a aplicar uma alíquota simbólica.

O chamado imposto sobre grandes fortunas já foi aplicado sem muito sucesso na França e na Espanha. No Brasil, país de longa tradição de aplicações ao portador, o efeito prático de sua incidência seria certamente muito reduzido, pois taxaria desigualmente as grandes fortunas, alcançando apenas aquelas que estivessem identificadas.

O ministro da Fazenda sabe que a arrecadação propiciada pelo novo imposto acabará por frustrar os autores da Lei. E pode detonar maior aceleração na fuga de capitais brasileiros para o exterior. Só nos fundos ao portador de curto prazo estão aplicados US\$ 8,5 bilhões. Diante da ameaça adicional de taxação, as aplicações financeiras, já tributadas na fonte, poderiam ser desviadas para o mercado paralelo.

O Brasil precisa ampliar urgentemente sua taxa interna de poupança para recuperar as condições de crescimento. Isso exige, externamente, negociação de melhores condições para o pagamento da dívida, para reduzir a transferência de recursos ao exterior. Internamente, além do saneamento dos gastos públicos, o aumento da arrecadação deve vir antes pelo combate sistemático à sonegação do que por novos impostos.

Todos sabem que a sonegação de impostos é crescente no país e aumenta em progressão geométrica à medida em que são criados novos impostos. É até compreensível, pois o contribuinte (pessoa física ou empresa) não vê lógica em arrecadar mais para o Tesouro desperdiçar os recursos na manutenção de uma máquina burocrática ineficiente e ociosa, ou no repasse dos subsídios e incentivos fiscais para os cartórios que vivem à sombra do Estado brasileiro.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias elaborada pelo Congresso é uma peça para derrubar a inflação. Enquanto o novo governo não mostrar firmeza no cumprimento da austeridade a sociedade continuará a enfrentar novos impostos ou aumento de alíquotas com o crescimento da sonegação e da economia paralela.